

## 1. Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

**Meta 1.** Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia;

**Meta 2.** Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afectada pela fome.

A pobreza extrema e a fome crónica tornam o desenvolvimento muito mais difícil. A pobreza leva à subnutrição e à doença, o que reduz o rendimento e a produtividade económica. Entra-se num ciclo de pobreza e fome exacerbadas pois as pessoas não têm meios para ter uma alimentação, cuidados de saúde e habitação adequados, não têm acesso a água potável nem saneamento básico e, na falta das condições de vida para uma existência plena e humana, não há tempo nem dinheiro para investir na educação dos filhos ou para ter a sua própria empresa.

Esta “armadilha da pobreza” também causa impacto nas perspectivas de desenvolvimento macroeconómico: sem actividade económica e uma base tributária, o governo não pode investir na sua população e os investidores estrangeiros receiam quaisquer compromissos financeiros.

Esta realidade de pobreza extrema e de fome traduz-se em vulnerabilidade às doenças, à incapacidade física e mental, à fraqueza e à inanição das pessoas, o que conduz à exclusão social e política das suas sociedades e à desigualdade de oportunidades - um ciclo cujo desfecho apresenta elevadas taxas de mortalidade infantil. As vítimas da fome são, com frequência, as mais vulneráveis: anualmente, seis milhões de crianças morrem e outros 161 milhões sofrem de subnutrição crónica.

A erradicação da pobreza extrema deve, pois, ser considerada uma prioridade mundial, porque o desenvolvimento se assume cada vez mais como um bem público global, na medida em que se encontra intrinsecamente ligado aos conceitos de estabilidade, bem-estar e segurança colectivos.

- **Como?**

Tanto os países ricos como os pobres têm de tomar medidas decisivas para conseguir erradicar a pobreza e a fome crónica e garantir o sucesso da cooperação Norte-Sul.

Aos países pobres caberá reestruturar as suas políticas públicas e canalizar recursos para responder à pobreza e fome das suas populações, investir na educação e nos cuidados de saúde - iniciativas condicionadas pelas dívidas contraídas entre 1970 e 1980 aos países desenvolvidos. Exige-se, então, a redução/cancelamento da dívida

externa dos países pobres pelos países ricos e pelas instituições financeiras multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Outra medida reside no aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) dos países desenvolvidos, em que o estabelecido 0,7% do Rendimento Nacional Bruto seja direccionado para a construção de infra-estruturas (por exemplo, estradas e vias de comunicação), para o desenvolvimento da capacidade comercial (acesso aos mercados internacionais e redução das barreiras aduaneiras) e aumentar os gastos sociais (qualidade da saúde e da educação) nos países pobres.